

NORMAS PARA UTILIZAÇÃO DOS **TERMINAIS DE CARGAS SECAS DO PORTO DE AVEIRO**

(Aplicação no ano de 2018)

Artigo 1º

1. Enquanto não se verificar a concessão da exploração comercial dos terminais Multiusos, de Granéis Sólidos (GS) e de Contentores/Ro-Ro do setor norte do porto de Aveiro, a movimentação de cargas será neles efetuada em regime de prestação de serviço público pelas empresas de estiva licenciadas para esse efeito neste porto de acordo com as presentes normas e o regime legal aplicável.
2. As empresas de estiva licenciadas poderão utilizar nos terminais de carga seca do setor norte do porto de Aveiro equipamentos de movimentação de cargas da autoridade portuária, dos navios ou privados, sem prejuízo da observância de outras condicionantes específicas relativas ao exercício da sua actividade que à APA cumpra fixar.

Artigo 2º

Sempre que o interesse portuário o justifique, a autoridade portuária poderá autorizar:

- a) a acostagem e estacionamento no Terminal de Granéis Sólidos (TGS) de navios ou embarcações sem movimento comercial;
- b) a movimentação de cargas distintas das previstas para as áreas destinadas à movimentação de granéis sólidos enquadáveis no setor agro-alimentar que integram o cais acostável com 300 metros de comprimento e os terraplenos pavimentados adjacentes com uma área de 78.000 m² e bem assim na área destinada a outros granéis sólidos à qual está afeto um cais de 450 metros de comprimento e uma parcela dominial com cerca de 72.000 m², se tal lhe for prévia e fundadamente requerido e daí não resultarem comprovados inconvenientes para terceiros.

Artigo 3º

1. Pelo uso das infraestruturas portuárias e exercício de actividade nos terminais identificados no nº 1 do Artigo 1º para operações de carga e descarga de cargas secas de e para cada navio, ou entre navios comerciais, será devida pelas empresas de estiva uma taxa variável que será liquidada de acordo com os seguintes critérios:
 - a) No caso de carga geral fracionada, granéis sólidos ou contentores transportados em navios de carga geral é fixada uma taxa em função da quantidade total de mercadoria que venha a ser movimentada por navio, medida em toneladas;
 - b) Nos casos de cargas unitizadas transportadas em navios porta-contentores ou Ro-Ro, serão praticadas taxas por cada contentor movimentado com carga ou, quando utilizado o sistema Ro-Ro, por veículo ou unidade de carga embarcados ou desembarcados, carregados ou não.
2. As taxas unitárias a cobrar nos termos do número anterior, serão as seguintes:
 - a) Carga geral fracionada, granéis sólidos ou contentores em navios de carga geral: **0,12 €/ton (doze cêntimos de euro por tonelada) de carga movimentada**, à qual acrescerão **0,52 €/ton (cinquenta e dois cêntimos de euro por tonelada)** sempre que sejam utilizados pelas empresas

Be

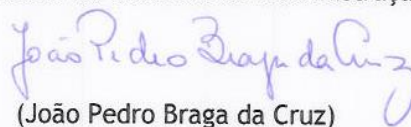
- de estiva equipamentos de movimentação vertical de cargas, públicos ou privados (ainda que do próprio navio), qualquer que seja a conjugação desses meios;
- b) Contentores com carga, em navios exclusivamente porta-contentores: **15,30 €/unid (quinze euros e trinta cêntimos por unidade);**
 - c) Veículos ou unidades de carga Ro-Ro, com peso inferior a 3.500 Kg: **2,55 €/unid (dois euros e cinquenta e cinco cêntimos por unidade);**
 - d) Veículos ou unidades de carga Ro-Ro com peso superior a 3.500 Kg: **7,65 €/unid (sete euros e sessenta e cinco cêntimos por unidade).**
3. Cumulativamente com a taxa estabelecida na alínea a) do número anterior e sempre que se verifique o recurso a equipamento da autoridade portuária serão ainda cobradas as taxas horárias de aluguer aplicáveis a esse equipamento, nos termos estabelecidos no Regulamento de Tarifas da APA, S.A..
4. Gozam de prioridade de acostagem a uma determinada posição de cais os navios que venham descarregar para instalações de armazenagem fixas construídas nos terminais nas quais, em simultâneo, seja assegurado um rendimento de descarga mínimo de 600 ton/hora por operação e a mercadoria se destine a clientes que contratualmente estejam vinculados perante a APA, S.A. a movimentar um mínimo de 400.000 ton/ano.
5. A prioridade estabelecida no número anterior não será garantida nas situações de manifesta inexistência de alternativa de acostagem para outros navios que pretendam também realizar operações de movimentação de cargas.
6. As taxas fixadas neste Artigo serão atualizadas anualmente, com efeitos a 1 de janeiro de cada ano, por aplicação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), excluindo habitação, registado no ano anterior.
7. A aplicação das taxas fixadas neste Artigo não dispensa o pagamento de quaisquer outras previstas nos tarifários e normas regulamentares em vigor, nem das que sejam devidas por lei à APA, S.A. ou a outras entidades.
8. O pagamento das taxas pelas empresas de estiva obedecerá às normas gerais e regulamentos em vigor no porto de Aveiro.

Artigo 4º

- 1. Competirá ao Conselho de Administração da APA, S.A., deliberar sobre casos omissos.
- 2. As presentes Normas produzem efeitos a partir do dia 1 de fevereiro de 2018.

Porto de Aveiro, 23 de janeiro de 2018.

O Presidente do Conselho de Administração,


(João Pedro Braga da Cruz)